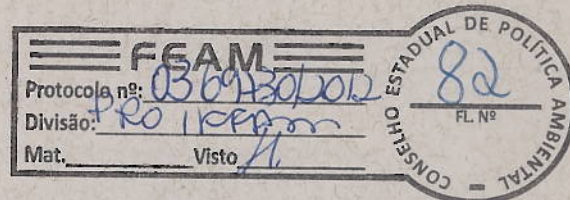




## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



**Processo nº: 429/1999/006/2003**

**Assunto:** Diligência da CNR/COPAM referente ao Auto de Infração nº 603/2003

**Interessado:** CAL OESTE LTDA.

A Câmara Normativa e Recursal do COPAM em reunião realizada de 06/10/2010, decidiu baixar o processo em diligência a ser cumprida pela Procuradoria da FEAM, para verificar se o empreendimento possui Licença de Operação, os termos da licença e sua validade, bem como, verificar o embasamento da decisão da CID de 12/02/2008.

Em atendimento ao solicitado foi impresso o Parecer Único da SUPRAM ASF-Protocolo nº 0141972/2011 da Licença de Operação Corretiva para a atividade de produção de cal por meio de uma implantação de um Forno Azbe (forno vertical) do empreendimento e a súmula da decisão de concessão da licença de 17/03/2011, bem como toda a tramitação do processo de licenciamento.

Em relação ao segundo ponto questionado pela CNR/COPAM; referente ao *embasamento da decisão da CID/COPAM de 12/02/2008*, consta às fls. 58, a decisão da Câmara, pelo indeferimento do Pedido de Reconsideração "com a redução da multa em 50%, conforme o parecer Jurídico".

Cabe mencionar, por necessário, que o Parecer Jurídico de fls.55/56 que baseou a decisão da CID/COPAM de 12/02/2008, assinala o *indeferimento do Pedido de Reconsideração e recomenda-se, caso a empresa cumpra os requisitos listados nos incisos I a V do art. 64 do Decreto nº 44.309/06, seja concedida a conversão de 50% em medidas de execução de controle ambiental*". No entanto, este parecer, foi substituído pelo Parecer Jurídico de fls.62/63 e a decisão anulada pelo Presidente da CNR/COPAM por conter vício. Para melhor entendimento, foi elaborado dois pareceres e dois julgamentos de Pedido de Reconsideração. Ao analisar o recurso ocorreu um equívoco por parte da parecerista retornando o processo ao julgamento do Pedido de Reconsideração anteriormente já julgado e decidido de forma correta.

O valor da multa aplicada é de R\$9.577,43 e a infração cometida pela sociedade empresária foi por "*Instalar, construir, testar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se não constatada poluição ou degradação ambiental*", infração tipificada pelo Decreto nº 39.424/98.

No recurso apresentado constam dois pedidos. O primeiro é de assinatura de *Termo de Compromisso com efeito suspensivo e conversão dos 50% remanescentes em obrigação de execução de medidas de proteção ambiental*, já analisada e rebatido no Parecer Jurídico de fls.64, sendo inaplicável Termo

de Compromisso por falta de licença, nos termos do art. 47, §2º do Decreto nº 44.844/2008.

No procedimento estabelecido pelo Decreto nº 39.424/98, já revogado, também existia o impedimento de assinatura de Termo de Compromisso para falta de licenciamento ambiental.

Cabe comentar que o Decreto nº 39.424/98 estabelecia em seu artigo 21 e seus Parágrafos o procedimento de suspensão da exigibilidade da multa e do impedimento de assinatura de Termo de Compromisso para falta de licença, que transcrevemos:

*"Art. 21 - Na aplicação da multa serão observados os seguintes valores, atualizados na forma da lei*

*.....  
§ 5º - Não será objeto do Termo de Compromisso a que se refere o § 2º deste artigo a exigência de formalização do processo de Licenciamento Ambiental".*

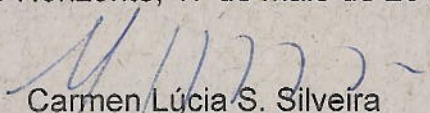
O Segundo ponto do pedido do recurso de parcelamento da multa poderá ser atendido após a observância do disposto na Resolução Conjunta SEMAD/AGE de nº 04/2007.

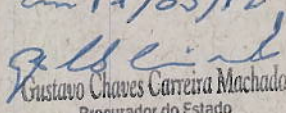
Podemos facilmente afirmar que não cabe neste processo nenhuma redução de 50% do valor da multa aplicada e nem se tivesse sido julgado antes da revogação do Decreto nº 39.424/98, pois a LOC da atividade em questão somente foi concedido em 17/03/2011, permanecendo aguardando sua nova formalização do parte do empreendedor para LOC de 22/02/2005 à 05/08/2009, conforme tramitação do SIAM.

ANTE AO EXPOSTO e diante do cumprimento da diligência por esta Procuradoria da FEAM, retornamos para julgamento do recurso em apreço, pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM, pela manutenção da penalidade de multa aplicada sem a redução de até 50%, por falta de amparo legal no ordenamento jurídico.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2012.

  
Carmen Lúcia S. Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043755-9  
Procuradoria da FEAM

*De acordo*  
*Em 17/05/12*  
  
Gustavo Chaves Carreira Machado  
Procurador do Estado  
Procurador - Chefe da FEAM  
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7